



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA (UASG 926334)

PREGÃO ELETRÔNICO

PE Nº 02/2024

Processo Nº 00063-00000179/2023-00

OBJETO	VALOR TOTAL ESTIMADO	RECURSO ORÇAMENTÁRIO	
Aquisição de bens permanentes e bens de consumo, visando a ampliação do atual sistema de monitoramento de temperatura e umidade utilizado na Instituição, conforme as exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.	R\$ 386.579,61 (trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos)	PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.8202.8517.0117 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - FHB NATUREZA DE DESPESA: 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente) e 33.90.30 (Material de Consumo) FONTE DE RECURSOS: 138 (Recursos do SUS)	
REGISTRO DE PREÇOS	MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VARIAÇÃO MÍNIMA DE LANCE
Não	Aberto	Menor Preço por Item	0,35%
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	COTA PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	EXIGE AMOSTRA?	EXIGE GARANTIA?
Sim, para os itens 1,2,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14 e 15	Sim, item 4	Não	Não
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ABERTURA DAS PROPOSTAS	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS
Até 23:59 horas do dia 07/02/2024 pelo endereço licitacao@fhb.df.gov.br	Até 09:59 horas do dia 16/02/2024 pelo www.gov.br/compras	Às 09:59 horas do dia 16/02/2024	Às 10:00 horas do dia 16/02/2024

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, por meio da Diretoria de Compras, sediada com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da [Lei nº](#)

[14.133, de 2021](#), Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.hemocentro.df.gov.br e no endereço eletrônico www.gov.br/compras, ou podendo igualmente ser obtidos diretamente na Diretoria de Compras da Fundação Hemocentro de Brasília, Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mediante requerimento da Licitante interessada ao chefe do setor de compras, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer pen-drive, cartão de memória ou SSD.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de bens permanentes e bens de consumo, visando a ampliação do atual sistema de monitoramento de temperatura e umidade utilizado na Instituição, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TERMÔMETRO DE PRECISÃO: instrumento de medição com dois canais (no mínimo), com memória de armazenamento para no mínimo 10.000 leituras, com alarme sonoro configurável. O fornecimento deve incluir um conjunto destas sondas: (a) dois termopares tipo K com ponta estanque para imersão, de precisão classe 3 (-200 a +40°C), conforme norma EN 60584-2, com tempo de reação inferior a 10 seg; (b) uma sonda tipo PT-100, com ponta estanque para imersão, em aço inoxidável, de precisão classe A, conforme norma EN-60751, com tempo de reação inferior a 12 seg; e incluir estes acessórios: (c) fonte de alimentação, com tensão de entrada 100-230VCA (60Hz) e tensão de saída compatível ao instrumento; (d) cabo USB e adaptadores para conexão a PC; (e) licença e cópia de software de análise de dados coletados; (f) um estojo rígido e resistente para todos acessórios; (g) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (h) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em</p>	477254	Unidade	01	R\$ 12.381,18	R\$ 12.381,18

	português. Unidade de Fornecimento: Conjunto Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: FLUKE 1524 ou TESTO 735-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.					
2	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TERMOVISOR: Câmera termográfica com sensor infravermelho com resolução de captura térmica 320 x 240 micro-bolômetros, e sensor da faixa visível com resolução mínima de 3,2 MP (megapixel). A faixa de medição de temperatura deve contemplar desde -20°C até +650°C ou ser mais ampla, sensibilidade < 30 mK, incerteza de medição pode ser até 2%, com ajuste de emissividade através de menu digital. Deve possuir "sistema embarcado" de mesclagem de imagem no espectro visível com a imagem infravermelha. Acompanhado de: (a) fonte de alimentação CA, (b) carregador de bateria (incluindo adaptadores principais), (c) duas baterias de íon de lítio inteligentes e resistentes, (d) um cartão de memória no formato SD ou Micro SD com adaptador SD com capacidade nominal mínima de 4Gb (quatro gigabytes), (e) um cabo USB de comprimento de 3 m, (f) cópia de software de análise de imagens e emissão de relatórios com atualizações gratuitas durante toda a vida útil do produto e licença de uso, (g) um estojo rígido e resistente para todos acessórios, (h) bolsa para transporte para a câmera, (i) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (j) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: FLUKE Ti 400 ou FLIR E75 ou TESTO 885-</p>	457575	Unidade	01	R\$ 69.542,98	R\$ 69.542,98

	2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.					
3	<p>***AMPLA CONCORRÊNCIA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de condicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações</u> <u>customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>	442994	Unidade	96	R\$ 1.789,10	R\$ 171.753,60
4	<p>***COTA RESERVADA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo</p>	442994	Unidade	24	R\$ 1.789,10	R\$ 42.938,40

	<p>programável da temperatura de condicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações</u> <u>customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>					
5	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>CONVERSOR TCP-485 WIFI LOG INTERFACE: para comunicação de controladores Full Gauge Controls com o software de gerenciamento Sitrad. Equipamento com possibilidade de uso de rede de dados Wi-Fi ou Ethernet para comunicação com padrão</p>	476376	Unidade	15	R\$ 1.407,14	R\$ 21.107,10

	TCP/IP. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)					
6	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA VX-1025E PLUS: controlador digital de temperatura para refrigeração que dispõe de saída digital para atuação em uma válvula de expansão eletrônica (VEE). Controle de superaquecimento e eficiência energética do sistema de refrigeração. 12Vdc. Controla a temperatura ambiente, degelos, pressão, ventilação, iluminação e alarmes. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)</p>	291693	Unidade	5	R\$ 2.757,89	R\$ 13.789,45
7	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>MT-532 SUPER: Instrumento que indica e controla a temperatura e umidade ambientes, indicado para baixa e média umidade relativa do ar (de 0 a 100%, sem condensação) e temperatura de -10 a 70°C. Sensores de temperatura e umidade em um único bulbo. O instrumento possui a saída com relé de estado sólido (SSR) e comunicação serial para conexão com o SITRAD via internet. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)</p>	361596	Unidade	10	R\$ 970,88	R\$ 9708,80
8	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TI-44E: Indicador de temperatura que atua com até quatro sensores. Possibilidade de configuração de cada entrada de sensor configurada individualmente. 12V AC/DC. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)</p>	361596	Unidade	20	R\$ 422,68	R\$ 8.453,60
9	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TC-940 RI PLUS: Controlador de temperatura 12v com fonte, Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.</p>	361596	Unidade	15	R\$ 765,90	R\$ 11.488,50

	Estado: Novo (sem uso)					
10	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p> FONTE EXTERNA 90 A 250V: automática, saída 12v 350mA. Entrada e saída com borne. Estado: Novo (sem uso)</p>	342814	Unidade	20	R\$ 272,82	R\$ 5.456,40
11	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p> BLOCO DE CONEXÃO: Dispositivo para interligar os instrumentos e fazer uma rede de comunicação para uso do software Sitrad. Compatibilidade para trafego de dados em rede RS 485. Possuir proteção interna contra ruídos oriundos de motores, cabos elétricos, oscilações de energia. Estado: Novo (sem uso)</p>	455320	Unidade	40	R\$ 32,79	R\$ 1311,60
12	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p> SENSOR SB41: Sensor NTC com cabo de poliéster termoplástico e isolamento individual. Opera em temperaturas de -50 até +105°C. Aplicável em instrumentos Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)</p>	377581	Unidade	80	R\$ 40,50	R\$ 3.240,00
13	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p> SENSOR SB56: Sensor conjugado de Temperatura e umidade, aplicável aos instrumentos Full Gauge. Cabo de 1,5 m. Estado: Novo (sem uso)</p>	377581	Unidade	10	R\$ 363,03	R\$ 3.630,30
14	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p> DISPOSITIVO SERVIDOR: dispositivo capaz de gerenciar os dados fornecidos pelos controladores Full Gauge instalados na rede de comunicação, capacidade de coletar, armazenar, monitorar e disponibilizar informações do sistema de monitoramento. Dispositivo próprio para atuar como servidor de dados, disponibilizando as informações para o monitoramento com o software Sitrad Pro (aplicação</p>	452038	Unidade	2	R\$ 5.108,85	R\$ 10.217,70

	Windows) e Sitrad Mobile (aplicativo para celulares). Equipamento com memória interna para armazenamento dos dados dos controladores para geração de históricos e gráficos. Compatível com instrumentos Full Gauge. Comunicação direta com instrumentos Full Gauge utilizando a sua porta de comunicação RS-485. Possibilidade de coletar os dados de controladores através dos conversores Wi-Fi, Ethernet e USB Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)					
15	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CABO MANGA: 4 Vias 24awg Preto S/ Blindagem 0,20mm ² Estado: Novo (sem uso)	338536	Metro	600	R\$ 2,60	R\$ 1.560,00
TOTAL GERAL						R\$ 386.579,61

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

- 2.10.1. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que os itens 1,2,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14 e 15 estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.10.2. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até **25%** (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante; de forma que item 04 estão reservados à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.11. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;
- 2.11.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada;
- 2.11.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.
- 2.12. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.12.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.12.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.12.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.12.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.12.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 2.12.10. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 2.12.11. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.12.12. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.12.13. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.12.14. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 2.12.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 2.12.15.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
 - 2.12.15.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.12.16. A vedação de que trata o item 2.12.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.12.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.12.18. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.12.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 2.12.20. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.13. O impedimento de que trata o item 2.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.12.2 e 2.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.16. O disposto nos itens 2.12.2 e 2.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.18. A vedação de que trata o item 2.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.22.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 2.4 ou 2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário do item;
- 4.1.2. marca;
- 4.1.3. fabricante;

- 4.1.4. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item (para SRP, utilizar valor unitário).
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,35% (trinta e cinco centésimos percentuais)*.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execuibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicafe acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o

respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sistema eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

7.2.2. **Qualificação econômico-financeira:**

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.3. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.4. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.5. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no

Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: *Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF* ou *licitacao@fhh.df.gov.br*.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.9.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.10.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

7.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. qualquer licitante, durante o prazo apresentado na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, poderá manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, encaminhados em campo próprio do sistema, no prazo de três dias úteis.;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: <https://www.fhb.df.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.6.5. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

- 9.4.2. para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: licitacao@fhh.df.gov.br e dcomp@fhh.df.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

11.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2023 (118651627), pela utilização do do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

11.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

11.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. A Fundação Hemocentro de Brasília poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 12.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 12.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

- 12.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 12.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 12.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 12.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.hemocentro.df.gov.br.
- 12.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.21.1. ANEXO I - Termo de Referência 1 (131611585)
 - 12.21.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar FHB-DF/UNIGEA/DINFRA/GENCLIN (120679567)
 - 12.21.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato (131935456)
 - 12.21.3. ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade
 - 12.21.4. ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
 - 12.21.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços

Brasília-DF, 24 de janeiro de 2024.

Elaborado por: **WANESSA SOTTER DE FREITAS - Matr.1710655-9**

WANESSA SOTTER DE FREITAS

Diretor (a) de Compras

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 1 (131611585)

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR FHB-DF/UNIGEA/DINFRA/GENCLIN (120679567)

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (131935456)

ANEXO III

Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À Fundação Hemocentro de Brasília-FHB**A/C. Sr.(a) Pregoeiro(a)****Endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908.**

Apresentamos **PROPOSTA DE PREÇOS** acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/20____ - Fundação Hemocentro de Brasília, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para entrega do(s) material(is) (e/ou equipamentos) está especificada, conforme abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Declaramos que esta proposta tem validade de ____ (_____) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.

O prazo para entrega dos materiais / equipamentos será de até ____ (_____) dias úteis, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato.

Apresento garantia de ____ (_____) conforme estabelecido no item ____ do Anexo I do Edital. (CONFORME O CASO)

Declaro que entregarei o(s) material(s) **comprovadamente novo(s) e sem uso**, uma vez que não será(ão) aceito(s) material(is)/equipamento(s) ou peça(s) reconcondicionado(s), reutilizado(s) ou reformado(s). **(SE FOR O CASO, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA)**

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante



Documento assinado eletronicamente por **WANESSA SOTTER DE FREITAS - Matr.1710655-9, Diretor(a) de Compras**, em 25/01/2024, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=132064701)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=132064701)
verificador= **132064701** código CRC= **D95992B9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2915
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>

00063-00000179/2023-00

Doc. SEI/GDF 132064701



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília
Diretoria de Infraestrutura
Gerência de Engenharia Clínica

Termo de Referência - FHB-DF/UNIGEA/DINFRA/GENCLIN

TERMO DE REFERÊNCIA
COMPRAS MATERIAIS DE CONSUMO e BENS PERMANENTES
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de bens permanentes e bens de consumo, visando a ampliação do atual sistema de monitoramento de temperatura e umidade utilizado na Instituição, nos termos da tabela abaixo, devendo ser todos eles entregues novos e atender as exigências estabelecidas neste instrumento (e seus anexos):

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	<p align="center">*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TERMÔMETRO DE PRECISÃO: instrumento de medição com dois canais (no mínimo), com memória de armazenamento para no mínimo 10.000 leituras, com alarme sonoro configurável. O fornecimento deve incluir um conjunto destas sondas: (a) dois termopares tipo K com ponta estanque para imersão, de precisão classe 3 (-200 a +40°C), conforme norma EN 60584-2, com tempo de reação inferior a 10 seg; (b) uma sonda tipo PT-100, com ponta estanque para imersão, em aço inoxidável, de precisão classe A, conforme norma EN-60751, com tempo de reação inferior a 12 seg; e incluir estes acessórios: (c) fonte de alimentação, com tensão de entrada 100-230VCA (60Hz) e tensão de saída compatível ao instrumento; (d) cabo USB e adaptadores para conexão a PC; (e) licença e cópia de software de análise de dados coletados; (f) um estojo rígido e resistente para todos acessórios; (g) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (h) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português.</p> <p align="center">Unidade de Fornecimento: Conjunto Estado: Novo (sem uso)</p> <p>Modelo de referência: FLUKE 1524 ou TESTO 735-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.</p>	477254	Unidade	01	R\$ 12.381,18	R\$ 12.381,18
2	<p align="center">*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TERMOVISOR: Câmera termográfica com sensor infravermelho com resolução de captura térmica 320 x 240 micro-bolômetros, e sensor da faixa visível com resolução mínima de 3,2 MP (megapixel). A faixa de medição de temperatura deve contemplar desde -20°C até +650°C ou ser mais ampla, sensibilidade < 30 mK, incerteza de medição pode ser até 2%, com ajuste de emissividade através de menu digital. Deve possuir "sistema embarcado" de mesclagem de imagem no espectro visível com a imagem infravermelha. Acompanhado de: (a) fonte de alimentação CA, (b) carregador de bateria (incluindo adaptadores principais), (c) duas baterias de íon de lítio inteligentes e resistentes, (d) um cartão de memória no formato SD ou Micro SD com adaptador SD com capacidade nominal mínima de 4Gb (quatro gigabytes), (e) um cabo USB de comprimento de 3 m, (f) cópia de software de análise de imagens e emissão de relatórios com atualizações gratuitas durante toda a vida útil do produto e licença de uso, (g) um estojo rígido e resistente para todos acessórios, (h) bolsa para transporte para a câmera, (i) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (j) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto.</p> <p align="center">Estado: Novo (sem uso)</p> <p>Modelo de referência: FLUKE Ti 400 ou FLIR E75 ou TESTO 885-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.</p>	457575	Unidade	01	R\$ 69.542,98	R\$ 69.542,98
3	<p align="center">***AMPLA CONCORRÊNCIA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de acondicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para</p>	442994	Unidade	96	R\$ 1.789,10	R\$ 171.753,60

	facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.					
4	***COTA RESERVADA*** DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de acondicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações customizadas</u> . Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.	442994	Unidade	24	R\$ 1.789,10	R\$ 42.938,40
5	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CONVERTOR TCP-485 WIFI LOG INTERFACE: para comunicação de controladores Full Gauge Controls com o software de gerenciamento Sitrad. Equipamento com possibilidade de uso de rede de dados Wi-Fi ou Ethernet para comunicação com padrão TCP/IP. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	476376	Unidade	15	R\$ 1.407,14	R\$ 21.107,10
6	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA VX-1025E PLUS: controlador digital de temperatura para refrigeração que dispõe de saída digital para atuação em uma válvula de expansão eletrônica (VEE). Controle de superaquecimento e eficiência energética do sistema de refrigeração. 12Vdc. Controla a temperatura ambiente, degelos, pressão, ventilação, iluminação e alarmes. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	291693	Unidade	5	R\$ 2.757,89	R\$ 13.789,45
7	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** MT-532 SUPER: Instrumento que indica e controla a temperatura e umidade ambientes, indicado para baixa e média umidade relativa do ar (de 0 a 100%, sem condensação) e temperatura de -10 a 70°C. Sensores de temperatura e umidade em um único bulbo. O instrumento possui a saída com relé de estado sólido (SSR) e comunicação serial para conexão com o SITRAD via internet. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	10	R\$ 970,88	R\$ 9708,80
8	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** TI-44E: Indicador de temperatura que atua com até quatro sensores. Possibilidade de configuração de cada entrada de sensor configurada individualmente. 12V AC/DC. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	20	R\$ 422,68	R\$ 8.453,60
9	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** TC-940 RI PLUS: Controlador de temperatura 12v com fonte, Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	15	R\$ 765,90	R\$ 11.488,50
10	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** FONTE EXTERNA 90 A 250V: automática, saída 12v 350mA. Entrada e saída com borne. Estado: Novo (sem uso)	342814	Unidade	20	R\$ 272,82	R\$ 5.456,40
11	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** BLOCO DE CONEXÃO: Dispositivo para interligar os instrumentos e fazer uma rede de comunicação para uso do software Sitrad. Compatibilidade para tráfego de dados em rede RS 485. Possuir proteção interna contra ruídos oriundos de motores, cabos elétricos, oscilações de energia. Estado: Novo (sem uso)	455320	Unidade	40	R\$ 32,79	R\$ 1311,60
12	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** SENSOR SB41: Sensor NTC com cabo de poliéster termoplástico e isolamento individual. Opera em temperaturas de -50 até +105°C. Aplicável em instrumentos Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	80	R\$ 40,50	R\$ 3.240,00

13	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** SENSOR SB56: Sensor conjugado de Temperatura e umidade, aplicável aos instrumentos Full Gauge. Cabo de 1,5 m. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	10	R\$ 363,03	R\$ 3.630,30
14	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** DISPOSITIVO SERVIDOR: dispositivo capaz de gerenciar os dados fornecidos pelos controladores Full Gauge instalados na rede de comunicação, capacidade de coletar, armazenar, monitorar e disponibilizar informações do sistema de monitoramento. Dispositivo próprio para atuar como servidor de dados, disponibilizando as informações para o monitoramento com o software Sitrad Pro (aplicação Windows) e Sitrad Mobile (aplicativo para celulares). Equipamento com memória interna para armazenamento dos dados dos controladores para geração de históricos e gráficos. Compatível com instrumentos Full Gauge. Comunicação direta com instrumentos Full Gauge utilizando a sua porta de comunicação RS-485. Possibilidade de coletar os dados de controladores através dos conversores Wi-Fi, Ethernet e USB Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)	452038	Unidade	2	R\$ 5.108,85	R\$ 10.217,70
15	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CABO MANGA: 4 Vias 24awg Preto S/ Blindagem 0,20mm ² Estado: Novo (sem uso)	338536	Metro	600	R\$ 2,60	R\$ 1.560,00
TOTAL GERAL						R\$ 386.579,61

- 1.2. Os itens desta contratação não se enquadram como sendo de bens de luxo, sendo de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam. (Art. 20, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O critério de julgamento será o menor preço unitário.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 2.1. A fundamentação, justificativa e descrição da necessidade da contratação, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.
- 2.2. A aquisição em tela atenderá às necessidades da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) com base nos princípios jurídico-administrativo da continuidade e da eficiência dos serviços públicos. A FHB, a fim de manter a qualidade dos serviços que hoje são prestados aos usuários, em atendimento às normas vigentes e ao princípio de conservação do bem público, pretende adquirir e utilizar rotineiramente os bens especificados abaixo.
- 2.3. O Hemocentro, a fim de manter a qualidade dos serviços que hoje são prestados aos usuários, em atendimento ao artigo 11º e seu parágrafo único, Seção I, Capítulo II da RDC 34 da ANVISA, necessita de instrumentos de calibração e de medição (temperatura, massa e pressão) para monitorar o funcionamento adequado dos equipamentos envolvidos nos processos do ciclo do sangue:
- "Art. 11. O serviço de hemoterapia deve possuir equipamentos suficientes e compatíveis com as atividades realizadas, devidamente identificados, bem como estabelecer programa que inclua qualificação, calibração, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instrumentos, mantendo os respectivos cronogramas e registros.*
- Parágrafo único. Os equipamentos com quaisquer defeitos não deverão ser utilizados, sendo claramente identificados como tal até a sua manutenção corretiva ou remoção definitiva da área de trabalho."*
- 2.4. Não distante, o artigo 243, parágrafo §2º da portaria MS 2712/2013 aponta que "os equipamentos utilizados para coleta, processamento, testes laboratoriais, armazenamento e transfusão do sangue serão objeto de programas de controle, que incluirão a qualificação inicial, a calibração periódica e as manutenções preventiva e corretiva.
- 2.5. O TERMÔMETRO DE PRECISÃO se faz necessário para avaliar e aferir outros instrumentos, e controladores de temperatura (de refrigeradores, freezers, etc.) dos equipamentos de conservação e armazenamento da FHB estão operando dentro de parâmetros realísticos.
- 2.6. O TERMOVISOR se faz necessário para avaliar a distribuição de temperatura de forma mais instantânea e global em volumes de materiais armazenados nos refrigeradores e câmaras frias, detectando falhas de equipamento ou de procedimento operacional, ainda poderá auxiliar em avaliação rotineira dos quadros e equipamentos elétricos e mecânicos diversos para uma intervenção preditiva antes que falhas possam interferir na prestação de serviços ao público (doadores e pacientes) ou oferecer riscos ao patrimônio público, inclusive poderá ser utilizado para detecção de infiltrações e vazamentos nas estruturas prediais da FHB.
- 2.7. O DATALOGGER se faz necessário para registrar a variação de temperatura de conservação dos hemocomponentes e outros materiais controlados durante o transporte entre a FHB e as Agências Transfusionais dos hospitais ou outros locais, quando ficam fora de um sistema de refrigeração ativo - transportado em caixas térmicas mantidas com *gelox*.
- 2.8. EQUIPAMENTOS FULL GAUGE se fazem necessários para substituição ou ampliação ao atual sistema de monitoramento utilizado na Instituição. O sistema é responsável por manter os registros de temperatura e umidade em cumprimento à legislação sanitária aplicada aos bancos de sangue.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.
- 3.2. A empresa deverá fornecer todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos sem qualquer ônus para a FHB;
- 3.3. A empresa deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos para os bens a serem adquiridos, a contar do recebimento definitivo destes.
- 3.4. Cada um dos instrumentos deverá estar calibrado para cada um dos parâmetros de medição, conforme a norma NBR/ISO 17025, em laboratório acreditado pelo INMETRO e participante da RBC. Somente serão aceitos outros tipos de certificados de calibração, caso a grandeza ou metodologia de calibração não exista no Brasil e a critério da Diretoria de Infraestrutura da FHB.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. **Sustentabilidade:** A contratada deverá atender, durante a execução do contrato, aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.2. **Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.2.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.
- 4.3. **Da exigência de amostra** (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.3.1. Não serão exigidas amostras para os itens deste certame.
- 4.4. **Da vedação de contratação de marca/produto** (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.4.1. Não haverá vedação de contratação de marca para os itens deste certame.
- 4.5. **Da exigência de carta de solidariedade** (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.
- 4.6. **Da Subcontratação** (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, por se tratar de aquisição de **materiais e equipamentos** prontos para o uso, sejam eles adquiridos do próprio fabricante ou, o que é mais comum, de empresa do ramo de comércio.
- 4.7. **Da Garantia** (Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.7.1.1. Por se tratar de aquisição em parcela única não se aplica a garantia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, "E" E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021) E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 5.1. O prazo de entrega dos materiais/bens é de **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. A entrega dos bens permanentes deverá ser realizada conforme o cronograma previsto neste Termo de Referência, em **parcela única**, no seguinte endereço **Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, na Gerência de Patrimônio (GPAT) de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;**
- 5.4. A entrega dos bens de consumo deverá ser realizada conforme o cronograma previsto neste Termo de Referência, em **parcela única**, no seguinte endereço **Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, na Gerência de Material de Consumo (GMATC) de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;**
- 5.5. Os materiais serão recebidos provisoriamente pela Gerência de Material de Consumo e Gerência de Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 5.6. Os materiais/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.7. O objeto do contrato será recebido (Inciso II, Art. 140, da Lei nº 14.133/2021):
- 5.7.1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- 5.7.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 5.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 5.10. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 5.11. A Gerência de Material de Consumo avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos neste Termo de Referência.
- 5.12. O Setor Requisitante avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, por meio de relatório circunstanciado e atesto, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos neste Termo de Referência.
- 5.13. Os materiais/bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.15. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e,

em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização do Contrato ou instrumento equivalente.

- 6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Distritais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1. O prazo de garantia contratual dos bens de consumo, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, pelas justificativas a seguir:
- 7.1.1. como forma do fabricante assumir a responsabilidade pelos produtos que coloca no mercado, garantindo a qualidade e funcionalidade dos materiais;
- 7.1.2. para assegurar que, caso o material apresente algum defeito ou problema, eles terão direito a uma solução adequada.
- 7.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 7.3. O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, pelas justificativas a seguir:
- 7.3.1. como forma do fabricante assumir a responsabilidade pelos produtos que coloca no mercado, garantindo a qualidade e funcionalidade dos materiais;
- 7.3.2. para assegurar que, caso o material apresente algum defeito ou problema, eles terão direito a uma solução adequada até que haja contratação de empresa especializada em manutenção corretiva dos equipamentos.
- 7.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 7.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 7.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 7.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 7.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Fundação Hemocentro de Brasília pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 7.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 7.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos institucionais durante a execução dos reparos.
- 7.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 7.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 7.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I da lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

9. VISTORIA (ART. 63, §§ 1º A 4º, DA LEI Nº 14.133/21)

9.1. Não se aplica, por trata-se de aquisição de bens e materiais, os quais não demandam a realização de vistoria.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. LICITAÇÃO EXCLUSIVA

11.1. Em observância ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, ao art. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e ao Art. 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a presente licitação será destinada à participação exclusiva de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores individuais - MEI para os **itens 1,2,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14 e 15**.

11.1.1. A licitação exclusiva não será aplicada ao **item 3** por tratar-se de item com valor estimado total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), cuja cota reservada já se encontra prevista no item 4. Assim, quanto ao DATALOGGER a quantidade total programada é de 120 unidades das quais em 96 unidades (item 3) se aplicará a Ampla Concorrência e em 24 unidades (item 4) a cota reservada.

12. COTA RESERVADA

12.1. Considerando que os valores dos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 estão abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não se aplicará a cota reservada, conforme Nota Técnica N.º 56/2022 - FHB-DF/PR/AJUR (100401093).

12.2. Em atendimento à LEI DISTRITAL nº 4.611/2011, o **item 3** será subdividido (itens 3 e 4) em Cota Reservada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

12.2.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (§ 4º art. 26 Lei nº 4.611/2011);

12.2.2. As entidades preferenciais poderão participar dos dois subitens, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere a Seção I, do direito de preferência e de saneamento (§ 2º, Art. 26, da Lei nº 4.611);

12.2.3. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral (§ 3º, Art. 8º, do Decreto 35.592/2014);

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações da contratante:

13.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3. comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.5. efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.1.6. publicar as súmulas dos contratos celebrados com particulares, conforme Lei 5.575/2015;

13.1.7. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.8. aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais após prévio procedimento administrativo, garantido previamente o direito à ampla defesa;

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

14.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo setor requisitante, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias;

14.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao DF ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.1.4. comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...;

14.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.8. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

14.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

- 14.1.11. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.1.12. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- 14.1.13. durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365/2017;

15. PAGAMENTO (ART. 141, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 15.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:
- 15.1.1. fornecimento de bens;
- 15.1.2. locações;
- 15.1.3. prestação de serviços;
- 15.1.4. realização de obras.
- 15.2. A ordem cronológica referida no subitem anterior poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:
- 15.2.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- 15.2.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 15.2.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 15.2.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 15.2.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
- 15.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- 15.4. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.
- 15.5. Disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.
- 15.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 15.7. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.
- 15.8. O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.
- 15.9. A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.
- 15.10. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:
- 15.10.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 15.10.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- 15.10.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
- 15.10.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- 15.11. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa;
- 15.12. Os documentos elencados no item 15.10 poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF;
- 15.13. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:
- 15.13.1. nome da empresa e CNPJ;
- 15.13.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.13.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- 15.13.4. o prazo de validade do material (quando couber);
- 15.13.5. a data da emissão;
- 15.13.6. o valor a pagar; e
- 15.13.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 15.14. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item 15.13, não serão aceitas;

- 15.15. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 15.16. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto);
- 15.17. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição;
- 15.18. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016);
- 15.19. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;
- 15.20. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 15.21. Os pagamentos, pela Fundação Hemocentro de Brasília, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011);
- 15.22. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado;
- 15.23. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato;
- 15.24. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento;
- 15.25. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16. REAJUSTE PARECER (JURÍDICO N.º 616/2022 - PGDF/PGCONS)

- 16.1. Observado o interregno mínimo de um ano, a partir da data do orçamento estimado, o **Contrato** celebrado poderá ter seu valor anualmente reajustado, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121, publicado no DODF nº 31, de 17 de fevereiro de 2016), ou aquele que vier a substituí-lo, apurado durante o período;
- 16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 16.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 16.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART'S. 155 A 163, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar à contratada as sanções administrativas (Art. 155 a 163, da Lei nº 14.133/2021);
- 17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário;
- 17.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- 17.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 18.1. A pesquisa de preços encontra-se vigente até 28/01/2024 e foi realizada conforme Estimativa de Custo e Orçamento 236 (118651627);
- 18.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 386.579,61 (trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo, devendo todos os itens serem entregues novos:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	<p>***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***</p> <p>TERMÔMETRO DE PRECISÃO: instrumento de medição com dois canais (no mínimo), com memória de armazenamento para no mínimo 10.000 leituras, com alarme sonoro configurável. O fornecimento deve incluir um conjunto destas sondas: (a) dois termopares tipo K com ponta estanque para imersão, de precisão classe 3 (-200 a +40°C), conforme norma EN 60584-2, com tempo de reação inferior a 10 seg; (b) uma sonda tipo PT-100, com ponta estanque para imersão, em aço inoxidável, de precisão classe A, conforme norma EN-60751, com tempo de reação inferior a 12 seg; e incluir estes acessórios: (c) fonte de alimentação, com tensão de entrada 100-230VCA (60Hz) e tensão de saída compatível ao instrumento; (d) cabo USB e adaptadores para conexão a PC; (e) licença e cópia de software de análise de dados coletados; (f) um estojo rígido e resistente para todos acessórios; (g) uma</p>	477254	Conjunto	01	R\$ 12.381,18	R\$ 12.381,18

	alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (h) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: FLUKE 1524 ou TESTO 735-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.					
2	<p align="center">***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***</p> <p>TERMOVISOR: Câmera termográfica com sensor infravermelho com resolução de captura térmica 320 x 240 micro-bolômetros, e sensor da faixa visível com resolução mínima de 3,2 MP (megapixel). A faixa de medição de temperatura deve contemplar desde -20°C até +650°C ou ser mais ampla, sensibilidade < 30 mK, incerteza de medição pode ser até 2%, com ajuste de emissividade através de menu digital. Deve possuir "sistema embarcado" de mesclagem de imagem no espectro visível com a imagem infravermelha. Acompanhado de: (a) fonte de alimentação CA, (b) carregador de bateria (incluindo adaptadores principais), (c) duas baterias de íon de lítio inteligentes e resistentes, (d) um cartão de memória no formato SD ou Micro SD com adaptador SD com capacidade nominal mínima de 4Gb (quatro gigabytes), (e) um cabo USB de comprimento de 3 m, (f) cópia de software de análise de imagens e emissão de relatórios com atualizações gratuitas durante toda a vida útil do produto e licença de uso, (g) um estojo rígido e resistente para todos acessórios, (h) bolsa para transporte para a câmera, (i) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (j) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: FLUKE Ti 400 ou FLIR E75 ou TESTO 885-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.</p>	457575	Conjunto	01	R\$ 69.542,98	R\$ 69.542,98
3	<p align="center">***AMPLA CONCORRÊNCIA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de acodicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>	442994	Unidade	96	R\$ 1.789,10	R\$ 171.753,60
4	<p align="center">***COTA RESERVADA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de acodicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Estado: Novo (sem uso) Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>	442994	Unidade	24	R\$ 1.789,10	R\$ 42.938,40
5	<p align="center">***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***</p> <p>CONVERSOR TCP-485 WIFI LOG INTERFACE: para comunicação de controladores Full Gauge Controls com o software de gerenciamento Sitrad. Equipamento com possibilidade de uso de rede de dados Wi-Fi ou Ethernet para comunicação com padrão TCP/IP. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)</p>	476376	Unidade	15	R\$ 1.407,14	R\$ 21.107,10
6	<p align="center">***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***</p> <p>CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA VX-1025E PLUS: controlador digital de temperatura para refrigeração que dispõe de saída digital para atuação em uma válvula de expansão eletrônica (VEE). Controle de superaquecimento e eficiência energética do sistema de refrigeração. 12Vdc. Controla a temperatura ambiente, degelos, pressão, ventilação, iluminação e alarmes. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)</p>	291693	Unidade	5	R\$ 2.757,89	R\$ 13.789,45
7	<p align="center">***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***</p> <p>MT-532 SUPER: Instrumento que indica e controla a temperatura e umidade ambientes, indicado para baixa e média umidade relativa do ar (de 0 a 100%, sem condensação) e</p>	361596	Unidade	10	R\$ 970,88	R\$ 9708,80

	temperatura de -10 a 70°C. Sensores de temperatura e umidade em um único bulbo. O instrumento possui a saída com relé de estado sólido (SSR) e comunicação serial para conexão com o SITRAD via internet. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)					
8	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** TI-44E: Indicador de temperatura que atua com até quatro sensores. Possibilidade de configuração de cada entrada de sensor configurada individualmente. 12V AC/DC. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	20	R\$ 422,68	R\$ 8.453,60
9	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** TC-940 RI PLUS: Controlador de temperatura 12v com fonte, Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	15	R\$ 765,90	R\$ 11.488,50
10	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** FONTE EXTERNA 90 A 250V: automática, saída 12v 350mA. Entrada e saída com borne. Estado: Novo (sem uso)	342814	Unidade	20	R\$ 272,82	R\$ 5.456,40
11	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** BLOCO DE CONEXÃO: Dispositivo para interligar os instrumentos e fazer uma rede de comunicação para uso do software Sitrad. Compatibilidade para tráfego de dados em rede RS 485. Possuir proteção interna contra ruídos oriundos de motores, cabos elétricos, oscilações de energia. Estado: Novo (sem uso)	455320	Unidade	40	R\$ 32,79	R\$ 1311,60
12	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** SENSOR SB41: Sensor NTC com cabo de poliéster termoplástico e isolamento individual. Opera em temperaturas de -50 até +105°C. Aplicável em instrumentos Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	80	R\$ 40,50	R\$ 3.240,00
13	***LICITAÇÃO EXCLUSIVA*** SENSOR SB56: Sensor conjugado de Temperatura e umidade, aplicável aos instrumentos Full Gauge. Cabo de 1,5 m. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	10	R\$ 363,03	R\$ 3.630,30
14	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** DISPOSITIVO SERVIDOR: dispositivo capaz de gerenciar os dados fornecidos pelos controladores Full Gauge instalados na rede de comunicação, capacidade de coletar, armazenar, monitorar e disponibilizar informações do sistema de monitoramento. Dispositivo próprio para atuar como servidor de dados, disponibilizando as informações para o monitoramento com o software Sitrad Pro (aplicação Windows) e Sitrad Mobile (aplicativo para celulares). Equipamento com memória interna para armazenamento dos dados dos controladores para geração de históricos e gráficos. Compatível com instrumentos Full Gauge. Comunicação direta com instrumentos Full Gauge utilizando a sua porta de comunicação RS-485. Possibilidade de coletar os dados de controladores através dos conversores Wi-Fi, Ethernet e USB Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)	452038	Unidade	2	R\$ 5.108,85	R\$ 10.217,70
15	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CABO MANGA: 4 Vias 24awg Preto S/ Blindagem 0,20mm ² Estado: Novo (sem uso)	338536	Metro	600	R\$ 2,60	R\$ 1.560,00
TOTAL GERAL						R\$ 386.579,61

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021)

19.1. Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

19.1.1. Fonte: 138

19.1.2. Programa de Trabalho: 10.122.8202.8517.0117

19.1.3. Elemento de Despesa: 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente) e 33.90.30 (Material de Consumo)

19.1.4. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília - PCA, o que pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.fhb.df.gov.br/licitacoes/>;

20. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

20.1. Estima-se que a aquisição se dará conforme tabela abaixo (remessa única para cada item):

1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

R\$ 386.579,61											
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

21. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

21.1. A aquisição obedecerá ao disposto:

21.1.1. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

21.1.2. Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;

21.1.3. Demais normativos constantes no Instrumento Convocatório.

SEBASTIÃO LÁZARO DE MORAES

GENCLIN/DINFRA/UNIGEA

Gerente de Engenharia Clínica

De acordo,

PABLO SOL SERRA

Diretor de Infraestrutura

UNIGEA/DINFRA

Nos termos da Instrução Normativa Nº 183, de 31 de maio de 2023, publicada na página 6, do DODF Nº 103, de 1 de junho de 2023, documento (125285061), **APROVO** este Termo de Referência considerando que as aquisições são imprescindíveis à manutenção do sistema de monitoramento de temperatura e umidade, além de atender às necessidades da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) com base nos princípios jurídico-administrativo da continuidade e da eficiência dos serviços públicos.

PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO

Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional/UNIGEA

Chefe

ANEXOS**ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



Governo do Distrito Federal
 Fundação Hemocentro de Brasília
 Diretoria de Infraestrutura
 Gerência de Engenharia Clínica

Estudo Técnico Preliminar - FHB-DF/UNIGEA/DINFRA/GENCLIN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
COMPRAS: MATERIAIS DE CONSUMO e BENS PERMANENTES
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CAPÍTULO III
 DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se comprove a viabilidade da contratação;

CAPÍTULO II
 DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I

Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

...

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. A aquisição em tela atenderá às necessidades da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) com base nos princípios de continuidade e da eficiência dos serviços públicos. A FHB, a fim de manter a qualidade dos serviços que hoje são prestados aos usuários, em atendimento às normas vigentes e ao princípio de conservação do bem público, pretende adquirir e utilizar rotineiramente os equipamentos especificados abaixo.

1.2. O Hemocentro, a fim de manter a qualidade dos serviços que hoje são prestados aos usuários, em atendimento ao artigo 1º parágrafo único, Seção I, Capítulo II da RDC 34 da ANVISA, necessita de instrumentos de calibração e de medição (temperatura, massa e pressão) para monitorar o funcionamento adequado dos equipamentos envolvidos nos processos do ciclo do sangue:

"Art. 11. O serviço de hemoterapia deve possuir equipamentos suficientes e compatíveis com as atividades realizadas, devidamente identificados, bem como estabelecer programa que inclua qualificação, calibração, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instrumentos, mantendo os respectivos cronogramas e registros.

Parágrafo único. Os equipamentos com quaisquer defeitos não deverão ser utilizados, sendo claramente identificados como tal até a sua manutenção corretiva ou remoção definitiva da área de trabalho."

1.3. Não distante, o artigo 243, parágrafo 2º da portaria MS 2712/2013 aponta que "os equipamentos utilizados para processamento, testes laboratoriais, armazenamento e transfusão do sangue serão objeto de programas de controle, que incluirão a qualificação inicial, a calibração periódica e as manutenções preventiva e corretiva.

1.4. O TERMÔMETRO DE PRECISÃO se faz necessário para avaliar e aferir outros instrumentos, e controladores de temperatura (refrigeradores, freezers, etc.) dos equipamentos de conservação e armazenamento da FHB estão operando dentro de parâmetros realísticos.

1.5. O TERMOVISOR se faz necessário para avaliar a distribuição de temperatura de forma mais instantânea e global em voluímetros armazenados nos refrigeradores e câmaras frias, detectando falhas de equipamento ou de procedimento operacional, ainda poderá ser utilizado para a avaliação rotineira dos quadros e equipamentos elétricos e mecânicos diversos para uma intervenção preditiva antes que falhas possam interferir na prestação de serviços ao público (doadores e pacientes) ou oferecer riscos ao patrimônio público, inclusive poderá ser utilizado para detectar falhas em equipamentos de conservação e armazenamento de sangue.

na prestação de serviços de pintura (paredes e plafôndes), de serviços gerais de patrimônio público, inclusive poderá ser utilizado para detectar infiltrações e vazamentos nas estruturas prediais da FHB.

INSTRONIC

www.instronic.com.br
vendas@instronic.com.br
(11) 3383-3700

RIGOR

www.rigorautomacao.com.br
contato@rigorautomacao.com.br
(11) 4063-4220

INOVAÇÃO TESTE E MEDIÇÃO

suporte@mastertools.com.br
(31) 98468-4942

RCBI INSTRUMENTOS

comercial@rcbionline.com.br
(11) 4311-8199

R & DAMASCO SOLUÇÕES INDUSTRIAIS

www.rdamasco.com.br
pedro.damasco@rdamasco.com.br
(15) 3411-5006

ISTM INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA

www.istm.com.br
istm@istm.com.br
(21) 3462-9154

IRMÃOS SALFATIS

www.salfatis.com.br
(11) 3312-8544

FRIGELAR

(61) 3203-9999
www.frigelar.com.br

DISBREL

Telefone: (61) 3245-6255
atendimento@disbrel.com.br
www.disbrel.com.br/pt

TECHNO AR

(61) 3274-4400
techno.ar@globo.com

SERMAGEL REFRIGERAÇÃO

(61) 3562-7272
sermagel@bol.com.br

REFRIUS REFRIGERAÇÃO

(61) 3562-2040
compra@refrius.com.br

www.refrius.com.br

www.refrius.com.br

CLIMA RIO

(61) 3221-9797

falecom@climario.com.brwww.climario.com.br**REFRIUS**

(61) 3562-2040

www.refrius.com.br**DUFRIO**

(62) 3999-5300

tele vendas.central@dufrio.com.brwww.dufrio.com.br**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021)**

6.1. A descrição detalhada dos itens são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	ES
1	<p>TERMÔMETRO DE PRECISÃO: instrumento de medição com dois canais (no mínimo), com memória de armazenamento para no mínimo 10.000 leituras, com alarme sonoro configurável. O fornecimento deve incluir um conjunto destas sondas: (a) dois termopares tipo K com ponta estanque para imersão, de precisão classe 3 (-200 a +40°C), conforme norma EN 60584-2, com tempo de reação inferior a 10 seg; (b) uma sonda tipo PT-100, com ponta estanque para imersão, em aço inoxidável, de precisão classe A, conforme norma EN-60751, com tempo de reação inferior a 12 seg; e incluir estes acessórios: (c) fonte de alimentação, com tensão de entrada 100-230VCA (60Hz) e tensão de saída compatível ao instrumento; (d) cabo USB e adaptadores para conexão a PC; (e) licença e cópia de software de análise de dados coletados; (f) um estojo rígido e resistente para todos acessórios; (g) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (h) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto.</p> <p>Modelo de referência: FLUKE 1524 ou TESTO 735-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.</p>	477254	Conjunto	01	R\$ 12.381,18	12
2	<p>TERMOVISOR: Câmera termográfica com sensor infravermelho com resolução de captura térmica 320 x 240 micro-bolômetros, e sensor da faixa visível com resolução mínima de 3,2 MP (megapixel). A faixa de medição de temperatura deve contemplar desde -20°C até +650°C ou ser mais ampla, sensibilidade < 30 mK, incerteza de medição pode ser até 2%, com ajuste de emissividade através de menu digital. Deve possuir "sistema embarcado" de mesclagem de imagem no espectro visível com a imagem infravermelha. Acompanhado de: (a) fonte de alimentação CA, (b) carregador de bateria (incluindo adaptadores principais), (c) duas baterias de íon de lítio inteligentes e resistentes, (d) um cartão de memória no formato SD ou Micro SD com adaptador SD com capacidade nominal mínima de 4Gb (quatro gigabytes), (e) um cabo USB de comprimento de 3 m, (f) cópia de software de análise de imagens e emissão de relatórios com atualizações gratuitas durante toda a vida útil do produto e licença de uso, (g) um estojo rígido e resistente para todos acessórios, (h) bolsa para transporte para a câmera, (i) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (j) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto.</p> <p>Modelo de referência: FLUKE Ti 400 ou FLIR E75 ou TESTO 885-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.</p>	12668	Conjunto	01	R\$ 69.542,98	69
3	<p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de acondicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via</p>	14825	Unidade	120	R\$ 1.789,10	21

software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), campo de texto para anotações customizadas. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação:

	em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade. Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.					
4	CONVERSOR TCP-485 WIFI LOG INTERFACE: para comunicação de controladores Full Gauge Controls com o software de gerenciamento Sitrad. Equipamento com possibilidade de uso de rede de dados Wi-Fi ou Ethernet para comunicação com padrão TCP/IP. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.	476376	Unidade	15	R\$ 1.407,14	21
5	CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA VX-1025E PLUS: controlador digital de temperatura para refrigeração que dispõe de saída digital para atuação em uma válvula de expansão eletrônica (VEE). Controle de superaquecimento e eficiência energética do sistema de refrigeração. 12Vdc. Controla a temperatura ambiente, degelos, pressão, ventilação, iluminação e alarmes. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.	5815	Unidade	5	R\$ 2.757,89	13
6	MT-532 SUPER: Instrumento que indica e controla a temperatura e umidade ambientes, indicado para baixa e média umidade relativa do ar (de 0 a 100%, sem condensação) e temperatura de -10 a 70°C. Sensores de temperatura e umidade em um único bulbo. O instrumento possui a saída com relé de estado sólido (SSR) e comunicação serial para conexão com o SITRAD via internet. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.	12016	Unidade	10	R\$ 970,88	R\$
7	TI-44E: Indicador de temperatura que atua com até quatro sensores. Possibilidade de configuração de cada entrada de sensor configurada individualmente. 12V AC/DC. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.	12016	Unidade	20	R\$ 422,68	R\$
8	TC-940 RI PLUS: Controlador de temperatura 12v com fonte, Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.	12016	Unidade	15	R\$ 765,90	11
9	FONTE EXTERNA 90 A 250V: automática, saída 12v 350mA. Entrada e saída com borne.	14259	Unidade	20	R\$ 272,82	R\$
10	BLOCO DE CONEXÃO: Dispositivo para interligar os instrumentos e fazer uma rede de comunicação para uso do software Sitrad. Compatibilidade para tráfego de dados em rede RS 485. Possui proteção interna contra ruídos oriundos de motores, cabos elétricos, oscilações de energia.	5522	Unidade	40	R\$ 32,79	R\$
11	SENSOR SB41: Sensor NTC com cabo de poliéster termoplástico e isolamento individual. Opera em temperaturas de -50 até +105°C. Aplicável em instrumentos Full Gauge.	12016	Unidade	80	R\$ 40,50	R\$
12	SENSOR SB56: Sensor conjugado de Temperatura e umidade, aplicável aos instrumentos Full Gauge. Cabo de 1,5 m.	12016	Unidade	10	R\$ 363,03	R\$
13	DISPOSITIVO SERVIDOR: dispositivo capaz de gerenciar os dados fornecidos pelos controladores Full Gauge instalados na rede de comunicação, capacidade de coletar, armazenar, monitorar e disponibilizar informações do sistema de monitoramento. Dispositivo próprio para atuar como servidor de dados, disponibilizando as informações para o monitoramento com o software Sitrad Pro (aplicação Windows) e Sitrad Mobile (aplicativo para celulares). Equipamento com memória interna para armazenamento dos dados dos controladores para geração de históricos e gráficos. Compatível com instrumentos Full Gauge. Comunicação direta com instrumentos Full Gauge utilizando a sua porta de comunicação RS-485. Possibilidade de coletar os dados de controladores através dos conversores Wi-Fi, Ethernet e USB Full Gauge.	10293	Unidade	2	R\$ 5.108,85	10
14	CABO MANGA: 4 Vias 24awg Preto S/ Blindagem 0,20mm²	18026	Metro	600	R\$ 2,60	R\$
TOTAL GERAL						38

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1. A entrega dos objetos deste Estudo será realizada em parcela única, na Gerência de Patrimônio (GPAT), no endereço Setor Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, de sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;
- 7.2. O prazo de entrega dos materiais/bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única;
- 7.3. A empresa deverá fornecer todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos sem qualquer ônus a FHB;
- 7.4. A empresa deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias para os bens a serem adquiridos, a contar do recebimento destes.
- 7.5. Cada um dos instrumentos deverá estar calibrado para cada um dos parâmetros de medição, conforme a norma NBR/ISO 17025 laboratório acreditado pelo INMETRO e participante da RBC. Somente serão aceitos outros tipos de certificados de calibração, caso a metodologia de calibração não exista no Brasil e a critério da Diretoria de Infraestrutura da FHB.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 8.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;

8.2. Conforme características do objeto deste instrumento, o parcelamento mostra-se ser técnica e economicamente viável, não perda de escala e haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. (Utilizar quando os itens forem avulso agrupados em lote ou grupo).

9. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, § 1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021)**

9.1. Termômetros, Termovisores e Data Loggers, são instrumentos destinados a medir, registrar temperatura e umidade em equipamentos e ambientes críticos que necessitam ter tais grandezas monitoradas. Desta forma, pretende-se municiar a equipe da Direção de Infraestrutura de instrumentos que possibilitem detectar falhas nos equipamentos e intercorrências nas manutenções realizadas pelas equipes contratadas;

9.2. Os equipamentos Full Gauge são necessários para manter o atual sistema de monitoramento de temperatura e umidade utilizado pela Instituição. O sistema é responsável por monitorar e armazenar os registros dos equipamentos e dos ambientes, em cumprimento à legislação sanitária aplicada aos bancos de sangue. Portanto, objetiva-se expandir e prestar as devidas manutenções no SITRAD fornecido pela Full Gauge

10. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOPTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ART. 18, § 1º, X, DA LEI Nº 14.133/2021)**

10.1. Não são necessárias adequações do ambiente da Fundação Hemocentro de Brasília para que a contratação surta seus efeitos;

10.2. Ressalta-se que a FHB possui corpo técnico adequado para exercer as atividades inerentes à fiscalização da contratação, não necessária alocação de pessoal adicional para essa finalidade.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI Nº 14.133/2021)**

11.1. Para a contratação objeto deste instrumento, não serão necessárias outras contratações para o pleno atendimento da necessidade da Fundação Hemocentro de Brasília.

12. **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021)**

12.1. Esta contratação deverá seguir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Fundação Hemocentro de Brasília (PGRSS), destinado a nortear todas as ações de gerenciamento de resíduos da Fundação, descrevendo ações relativas ao manejo de resíduos observadas suas características no âmbito do estabelecimento, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

13. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI Nº 14.133/2021)**

13.1. Consoante elementos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a aquisição do objeto deste instrumento é viável e é adequado ao atendimento da necessidade a que se destina.

Elaborado por	Revisado por
<p>SEBASTIÃO LÁZARO DE MORAES GENCLIN/DINFRA/UNIGEA Gerente de Engenharia Clínica</p>	<p>PABLO SOL SERRA Diretor de Infraestrutura UNIGEA/DINFRA</p>

APROVO este Estudo Técnico Preliminar.

JOÃO FABRÍCIO DA SILVA JUNIOR

Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional

Chefe Substituto



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIÃO LÁZARO DE MORAES - Matr.1701195-7, Gerente de Engenharia Clínica**, em 23/08/2023, às 16:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PABLO SOL SERRA - Matr.1698582-6, Diretor(a) de Infraestrutura**, em 23/08/2023, às 16:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FABRÍCIO DA SILVA JÚNIOR - Matr.1706476-7, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional substituto(a)**, em 24/08/2023, às



08:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **120679567** código CRC= **F64641A2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 3327-1020
Site - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>

00063-00000179/2023-00

Doc. SEI/GDF 120679567



Documento assinado eletronicamente por **PABLO SOL SERRA - Matr.1698582-6, Diretor(a) de Infraestrutura**, em 19/01/2024, às 11:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIÃO LÁZARO DE MORAES - Matr.1701195-7, Gerente de Engenharia Clínica**, em 25/01/2024, às 10:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO - Matr.1705245-9, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional**, em 25/01/2024, às 15:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **131611585** código CRC= **C71CCE56**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2953
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>



Governo do Distrito Federal
 Fundação Hemocentro de Brasília
 Unidade Administrativa e Financeira
 Diretoria de Contratos e Convênios

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MINUTA

PROCESSO
 N.º **00063-0000**____/2024-__.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS
 N.º ____/2024 –
DCC/UNIAF/FHB,
 que entre si celebram a
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a empresa _____(nos termos do Padrão estabelecido no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS).

CONTRATO SIGGO
 n.º: _____.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo(a) _____, nacionalidade, estado civil, cargo/profissão, portador(a) do CPF/MF n.º _____ e da Carteira de Identidade n.º _____ (órgão expedidor), residente e domiciliado(a) nesta Capital, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada à _____(endereço, cidade, estado, CEP), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, sócio administrador, portador(a) do CPF/MF n.º _____ e da Carteira de Identidade n.º _____ (órgão expedidor), residente e domiciliado(a), tendo em vista o que consta no Processo n.º 00063-0000____/2024-__ , e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º: __/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: (ART. 92, I DA LEI 14.133/2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de bens permanentes e bens de consumo, visando a ampliação do atual sistema de monitoramento de temperatura e umidade utilizado na Instituição, nos termos da tabela abaixo, devendo ser todos eles entregues novos e atender as exigências estabelecidas neste instrumento (e seus anexos) nas condições estabelecidas nos Termos de Referência ()

1.2. Objeto da contratação:

PLANILHA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CASTER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** TERMÔMETRO DE PRECISÃO: instrumento de medição com dois canais (no mínimo), com memória de armazenamento para no mínimo 10.000	477254	Unidade	01	R\$	R\$

	<p>leituras, com alarme sonoro configurável. O fornecimento deve incluir um conjunto destas sondas: (a) dois termopares tipo K com ponta estanque para imersão, de precisão classe 3 (-200 a +40°C), conforme norma EN 60584-2, com tempo de reação inferior a 10 seg; (b) uma sonda tipo PT-100, com ponta estanque para imersão, em aço inoxidável, de precisão classe A, conforme norma EN-60751, com tempo de reação inferior a 12 seg; e incluir estes acessórios: (c) fonte de alimentação, com tensão de entrada 100-230VCA (60Hz) e tensão de saída compatível ao instrumento; (d) cabo USB e adaptadores para conexão a PC; (e) licença e cópia de software de análise de dados coletados; (f) um estojo rígido e resistente para todos acessórios; (g) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (h) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p> <p>Modelo de referência: FLUKE 1524 ou TESTO 735-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior</p>					
2	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TERMOVISOR: Câmera termográfica com sensor infravermelho com resolução de captura térmica 320 x 240 micro-bolômetros, e sensor da faixa visível com resolução mínima de 3,2 MP (megapixel). A faixa de medição de temperatura deve contemplar desde -20°C até +650°C ou ser mais ampla, sensibilidade < 30 mK, incerteza de medição pode ser até 2%, com ajuste de emissividade através de menu digital. Deve possuir "sistema embarcado" de mesclagem de imagem no espectro visível com a imagem infravermelha. Acompanhado de: (a) fonte de alimentação CA, (b) carregador de bateria (incluindo adaptadores principais), (c) duas baterias de íon de lítio inteligentes e resistentes, (d) um cartão de memória no formato SD ou Micro SD com adaptador SD com capacidade nominal mínima de 4Gb (quatro gigabytes), (e) um cabo USB de comprimento de 3 m, (f) cópia de software de análise de imagens e emissão de relatórios com atualizações gratuitas durante toda a vida útil do produto e licença de uso, (g) um estojo rígido e resistente para todos acessórios, (h) bolsa para transporte para a câmera, (i) uma alça manual regulável (LANYARD ou STRAP), (j) uma cópia de manual do usuário e ficha de garantia impressos em português. Unidade de Fornecimento: Conjunto.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p>	457575	Unidade	01	R\$	R\$

	Modelo de referência: FLUKE Ti 400 ou FLIR E75 ou TESTO 885-2 ou equipamento de desempenho similar ou superior.					
3	<p>***AMPLA CONCORRÊNCIA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de condicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto para anotações customizadas</u>. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p> <p>Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>	442994	Unidade	96	R\$	R\$
4	<p>***COTA RESERVADA***</p> <p>DATALOGGER: para o monitoramento contínuo programável da temperatura de condicionamento, deve possuir certificado de calibração acreditado na RBC. O instrumento de medição de temperatura deverá ser do tipo "botão", com encapsulamento em aço inoxidável, resistente a umidade, com bateria inclusa, dimensões aproximadas: diâmetro 17,07 mm x espessura 6,35 mm, com variações permitidas de 0,5mm no máximo. Faixa de medição de temperatura: -40,0°C a +85,0°C, resolução máxima da escala de 0,1°C, incerteza total < 1°C. Capacidade de armazenamento mínimo: 2048 leituras de temperatura com data e hora associados, com modos de gravação: contínuo ou simples, configurável via software, com definições de início e final, intervalos de leitura de 1 a 60 minutos (no mínimo), <u>campo de texto</u></p>	442994	Unidade	24	R\$	R\$

	<p>para anotações customizadas. Deverá possuir um acessório (suporte ou placa acoplada) para facilitar o manuseio e identificação: em plástico liso resistente a higienização ou em chapa de aço inoxidável. Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p> <p>Modelo de referência: DWYER modelo BDL ou MAXIM INTEGRATED modelo DS1922L-F5 ou equipamento de desempenho similar ou superior, compatível com os outros itens deste certame licitatório.</p>					
5	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>CONVERSOR TCP-485 WIFI LOG INTERFACE: para comunicação de controladores Full Gauge Controls com o software de gerenciamento Sitrad. Equipamento com possibilidade de uso de rede de dados Wi-Fi ou Ethernet para comunicação com padrão TCP/IP. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p>	476376	Unidade	15	R\$	R\$
6	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA VX-1025E PLUS: controlador digital de temperatura para refrigeração que dispõe de saída digital para atuação em uma válvula de expansão eletrônica (VEE). Controle de superaquecimento e eficiência energética do sistema de refrigeração. 12Vdc. Controla a temperatura ambiente, degelos, pressão, ventilação, iluminação e alarmes. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p>	291693	Unidade	05	R\$	R\$
7	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>MT-532 SUPER: Instrumento que indica e controla a temperatura e umidade ambientes, indicado para baixa e média umidade relativa do ar (de 0 a 100%, sem condensação) e temperatura de -10 a 70°C. Sensores de temperatura e umidade em um único bulbo. O instrumento possui a saída com relé de estado sólido (SSR) e comunicação serial para conexão com o SITRAD via internet. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad.</p> <p>Estado: Novo (sem uso)</p>	361596	Unidade	10	R\$	R\$
8	<p>*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA ***</p> <p>TI-44E: Indicador de temperatura que atua com até quatro sensores.</p>	361596	Unidade	20	R\$	R\$

	Possibilidade de configuração de cada entrada de sensor configurada individualmente. 12V AC/DC. Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)					
9	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** TC-940 RI PLUS: Controlador de temperatura 12v com fonte, Com comunicação serial para conexão ao Sitrad. Estado: Novo (sem uso)	361596	Unidade	15	R\$	R\$
10	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** FONTE EXTERNA 90 A 250V: automática, saída 12v 350mA. Entrada e saída com borne. Estado: Novo (sem uso)	342814	Unidade	20	R\$	R\$
11	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** BLOCO DE CONEXÃO: Dispositivo para interligar os instrumentos e fazer uma rede de comunicação para uso do software Sitrad. Compatibilidade para trafego de dados em rede RS 485. Possuir proteção interna contra ruídos oriundos de motores, cabos elétricos, oscilações de energia. Estado: Novo (sem uso)	455320	Unidade	40	R\$	R\$
12	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** SENSOR SB41: Sensor NTC com cabo de poliéster termoplástico e isolamento individual. Opera em temperaturas de -50 até +105°C. Aplicável em instrumentos Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	80	R\$	R\$
13	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** SENSOR SB56: Sensor conjugado de Temperatura e umidade, aplicável aos instrumentos Full Gauge. Cabo de 1,5 m. Estado: Novo (sem uso)	377581	Unidade	10	R\$	R\$
14	* LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** DISPOSITIVO SERVIDOR: dispositivo capaz de gerenciar os dados fornecidos pelos controladores Full Gauge instalados na rede de comunicação, capacidade de coletar, armazenar, monitorar e disponibilizar informações do sistema de monitoramento. Dispositivo próprio para atuar como servidor de dados, disponibilizando as	452038	Unidade	02	R\$	R\$

	informações para o monitoramento com o software Sitrad Pro (aplicação Windows) e Sitrad Mobile (aplicativo para celulares). Equipamento com memória interna para armazenamento dos dados dos controladores para geração de históricos e gráficos. Compatível com instrumentos Full Gauge. Comunicação direta com instrumentos Full Gauge utilizando a sua porta de comunicação RS-485. Possibilidade de coletar os dados de controladores através dos conversores Wi-Fi, Ethernet e USB Full Gauge. Estado: Novo (sem uso)					
15	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** CABO MANGA: 4 Vias 24awg Preto S/ Blindagem 0,20mm ² Estado: Novo (sem uso)	338536	Metro	600	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

1.3. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência ();
- 1.3.2. O Edital de Licitação ();
- 1.3.3. A Proposta do contratado ();
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: (ART. 6º, XXIII, "E", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 3.1. O prazo de entrega dos materiais/bens é de **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.3. A entrega dos bens permanentes deverá ser realizada conforme o cronograma previsto no Termo de Referência, em **parcela única**, no seguinte endereço **Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, na Gerência de Patrimônio (GPAT) de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;**
- 3.4. A entrega dos bens de consumo deverá ser realizada conforme o cronograma previsto no Termo de Referência, em **parcela única**, no seguinte endereço **Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, na Gerência de Material de Consumo (GMATC) de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;**
- 3.5. Os materiais serão recebidos provisoriamente pela Gerência de Material de Consumo e Gerência de Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 3.6. Os materiais/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 3.7. O objeto do contrato será recebido (Art. 140, da Lei nº 14.133/2021):
 - 3.7.1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - 3.7.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 3.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

- 3.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 3.10. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 3.11. A Gerência de Material de Consumo avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos no Termo de Referência.
- 3.12. O Setor Requisitante avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, por meio de relatório circunstanciado e atesto, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos no Termo de Referência.
- 3.13. Os materiais/bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 3.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 3.15. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema;

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO:

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

- 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ _____ (_____), devendo a importância de R\$ _____ (_____), no elemento de despesa 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente ou 33.90.30 - Material de Consumo, ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, conforme Nota de Empenho n.º 2024NE000___ (), enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

- 6.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:
- 6.1.1. fornecimento de bens;
- 6.1.2. locações;
- 6.1.3. prestação de serviços;
- 6.1.4. realização de obras.
- 6.2. A ordem cronológica referida no subitem anterior poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:
- 6.2.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- 6.2.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 6.2.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 6.2.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 6.2.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
- 6.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- 6.4. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.
- 6.5. Disposição expressa no Instrumento Formal de Contratação Direta ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.

- 6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 6.7. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no Instrumento Formal de Contratação Direta de licitação e no contrato.
- 6.8. O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.
- 6.9. A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.
- 6.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- 6.11. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no Instrumento Formal de Contratação Direta de licitação ou instrumento formal de contratação direta.
- 6.12. A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
- 6.13. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.
- 6.14. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).
- 6.15. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:
- 6.15.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.15.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- 6.15.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
- 6.15.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- 6.16. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa;
- 6.17. Os documentos elencados no item 9.15 poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF;
- 6.18. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:
- 6.18.1. nome da empresa e CNPJ;
- 6.18.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.18.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- 6.18.4. o prazo de validade do material (quando couber);
- 6.18.5. a data da emissão;
- 6.18.6. o valor a pagar; e
- 6.18.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 6.19. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item 9.18, não serão aceitas;
- 6.20. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 6.21. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto);
- 6.22. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição;
- 6.23. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016);
- 6.24. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;
- 6.25. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 6.26. Os pagamentos, pelo Fundação Hemocentro de Brasília, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB

(Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011);

6.27. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado;

6.28. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato;

6.29. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento;

6.30. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: (ART. 92, VI, DA LEI 14.133/2021)

7.1. O Cronograma Físico-Financeiro e de Desembolso será de acordo com a tabela abaixo:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2023 (118651627).

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO OU RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: (ART. 92, X E XI, DA LEI 14.133/2021)

9.1. A Contratante deverá, se for o caso, responder ao pedido de repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da formalização do pedido, desde que apresentados todos os documentos necessários.

9.2. A Contratante deverá, se for o caso, responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da formalização do pedido, desde que apresentados todos os documentos necessários.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

10.1. São obrigações da contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, nos termos do inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.
- 10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: (ART. 92, XIV, DA LEI 14.133/2021)

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (artigo 116, parágrafo único da Lei 14.133 de 2021).
- 11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

11.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO: (ARTIGO 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (ART. 92, XIV, DA LEI 14.133/2021)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133 de 2021, o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções

13.2.1. **Advertência (artigo 156, I);**

13.2.2. **Multa (artigo 156, II);**

13.2.2.1. Multa compensatória:

13.2.2.1.1. A multa compensatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, nos termos do §3º do artigo 156 da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021.

13.2.2.2. Multa moratória:

13.2.2.2.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

13.2.2.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

13.2.2.2.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, contados desde o primeiro dia de atraso, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério da Administração, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o percentual máximo previsto para o inadimplemento completo da obrigação, previsto no § 3º do artigo. 156 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

13.2.2.2.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

13.2.3. **Impedimento de licitar e contratar (artigo 156, III);**

13.2.4. **Declaração de inidoneidade (artigo 156, IV).**

13.3. A aplicação das sanções previstas na Lei 14.133 de 01/04/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação, conforme artigo 157, da Lei 14.133 de 2021.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

(artigo 156, §º da Lei 14.133 de 2021).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO: (ART. 137 A 139, DA LEI 14.133/2021)

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 12.5.2.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 12.6.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser exKnto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou enKdade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (ART. 92, VIII, DA LEI 14.133/2021)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Unidade Orçamentária: __.____

II – Fonte de Recursos: 138 (Recursos do SUS).

III - Programa de Trabalho: 10.122.8202.8517.0117 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - FHB.

IV - Elemento da Despesa: 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente ou 33.90.30 - Material de Consumo;

15.2. O empenho inicial é de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho n.º 2024NE000____ (), emitida em __/__/____, na modalidade _____.

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES:

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133 de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO OU FORME DE FORNECIMENTO: (ART. 92, IV, DA LEI 14.133/2021).

18.1. A presente contratação adotará como regime de execução indireta.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: (ART. 92, XVIII, DA LEI 14.133/2021)

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

19.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização do Contrato.

19.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

19.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

19.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

19.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

19.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

19.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais,

dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

19.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Distritais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS DÉBITOS PARA COM A FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA:

20.1. Os débitos da CONTRATADA para com a Fundação Hemocentro de Brasília, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO: (DECRETO N.º 34.031/2012)

21.1. Na execução do presente Contrato as partes devem cumprir fielmente as normas de combate à corrupção, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 37.296/2016).

21.2. O servidor ou empregado público não deve, direta ou indiretamente, solicitar, insinuar, aceitar ou receber bens, benefícios ou quaisquer vantagens materiais ou imateriais, para si ou para outrem, em razão do exercício de suas atribuições, cargo, função ou emprego público, de acordo com o "caput" do art. 10 do Anexo II do Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016.

21.3. Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida as condecorações, honrarias e reconhecimentos protocolares recebidos de governos, organismos nacionais e internacionais ou entidades sem fins lucrativos, nas condições em que a lei e o costume oficial admitam esses benefícios; os brindes de distribuição coletiva a título de divulgação ou patrocínio estipulados contratualmente por ocasião de eventos especiais ou em datas comemorativas, nos limites do contrato; os presentes de menor valor realizados em razão de vínculo de amizade ou relação pessoal ou decorrentes de acontecimentos no qual seja usual efetuá-los; e ingressos para participação em atividades, shows, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que ajustados em contrapartida de contrato administrativo ou convênio, conforme incisos I ao IV do § 2º, art. 10, do Anexo II do Decreto nº 37.297 de 2016.

21.4. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e a CONTRATADA e/ou seu empregado ou qualquer representante criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.

21.5. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO: (ARTIGO 8º DO DECRETO N.º 32.751/2011)

22.1. Não poderá participar, a pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

22.1.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

22.1.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA SUSTENTABILIDADE: (DECRETO 4.770/2012)

23.1. A CONTRATADA deverá atender, na execução do contrato, aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 5º da Lei no 14.133/2021, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PROIBIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL: (LEI 5.061/2013)

24.1. Fica expressamente proibido, a contratada a utilização mão de obra infantil.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO REGISTRO E APURAÇÃO DE CASOS DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL (DECRETO 44.701 DE 05/07/2023):

25.1. As partes deverão observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual dispostas no Decreto n.º 44.701 de 05 de julho de 2023.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO: (ART. 94, DA LEI 14.133/2021)

26.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei 14.133 de 2021, e ao artigo 8º § 2º, da Lei 12.527, de 2011 c/c artigo 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º: 7.724 de 2012.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO: (§1º DO ART. 92, DA LEI 14.133/2021)

27.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme o artigo 92, §1º, da Lei 14.133/2021 quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Representante da Contratante
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
Presidente

Representante da Contratada
EMPRESA CONTRATADA
Representante

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da Diretoria geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente

Elaborado por:

Hamilton Reis Diniz

Diretor de Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **HAMILTON REIS DINIZ - Matr.1701558-8, Diretor(a) de Contratos e Convênios**, em 24/01/2024, às 14:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=131935456)
verificador= **131935456** código CRC= **B0789EEA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2914
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>